

XXXIV Encuentro Arquisur.
XIX Congreso: “CIUDADES VULNERABLES. Proyecto o incertidumbre ”

La Plata 16, 17 y 18 de septiembre.
Facultad de Arquitectura y Urbanismo – Universidad Nacional de La Plata

EJE: Investigación

Área 1 – PROYECTO ARQUITECTÓNICO Y URBANO

PADRÕES ESPACIAIS DE LOCALIZAÇÃO DA PRODUÇÃO DA HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL NO BRASIL

Márcia Azevedo de Lima⁽¹⁾

Maria Cristina Dias Lay⁽²⁾

Programa de Pós-graduação em Planejamento Urbano e Regional - PROPUR – Faculdade de
Arquitetura – Universidade Federal do Rio Grande do Sul – Brasil

malima.mgo@gmail.com⁽¹⁾; cristina.lay@ufrgs.br⁽²⁾

O artigo discute os padrões espaciais de localização dos conjuntos habitacionais de interesse social implantados pelo poder público no Brasil a partir dos conceitos aplicados na Teoria da Sintaxe Espacial. O foco da discussão está na inserção urbana dos conjuntos habitacionais, que tem sido um dos temas centrais do debate sobre políticas públicas habitacionais. Os procedimentos metodológicos adotados incluem revisão bibliográfica sobre a produção da habitação de interesse social implementada pelo BNH (Banco Nacional de Habitação) e avaliação dos empreendimentos produzidos pelo Programa MCMV (Minha Casa, Minha Vida) em três cidades pertencentes à Região Metropolitana de Porto Alegre: Esteio, Montenegro e Sapiranga. Foi utilizada a teoria da sintaxe espacial para a avaliação do desempenho do espaço urbano, pela possibilidade de estabelecer relações entre instâncias sociais e espaciais. Os resultados obtidos sugerem que os padrões espaciais de localização dos empreendimentos produzidos pelo Programa MCMV possuem os mesmos padrões dos empreendimentos produzidos pelo BNH, parecendo reproduzir o modelo de cidade e não apresentar avanços em relação à produção habitacional do BNH. Os conjuntos habitacionais produzidos pelo Programa MCMV estão localizados em áreas segregadas e distantes do centro urbano consolidado. Concluindo, o estudo ressalta a importância de avaliar os impactos da localização de conjuntos habitacionais, na busca de padrões espaciais de localização mais justos, que facilitem a interação social entre os moradores e contribuam para a sustentabilidade urbana.

PALAVRAS CHAVES: PADRÕES ESPACIAIS DE LOCALIZAÇÃO; CONJUNTOS HABITACIONAIS DE INTERESSE SOCIAL; PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA

1. INTRODUÇÃO

O artigo discute os padrões espaciais de localização dos conjuntos habitacionais de interesse social implantados pelo poder público no Brasil a partir dos conceitos aplicados na Teoria da Sintaxe Espacial (HILLIER e HANSON, 1984; HOLLANDA, 2002). Assim, o foco

na inserção urbana, que tem sido um dos temas centrais do debate sobre políticas públicas habitacionais, particularmente em países que vivem experiências de produção massiva de habitações populares a partir de programas impulsionados por governos. Esse tema apresenta contornos específicos em cada contexto nacional, entretanto, o elemento comum que caracteriza o debate se refere às consequências urbanísticas e sociais da implantação das habitações, geralmente localizadas em áreas menos valorizadas, marcadas por forte precariedade em termos urbanísticos, por pouca ou nenhuma diversidade funcional e pela extrema homogeneidade social de seus moradores (KENNA, 2008).

Estudos existentes (LAY, 1992; BONDUKI, 2004) mostram que, no Brasil, a característica predominante da política habitacional gerenciada pelo BNH – Banco Nacional de Habitação (produzida de 1964 a 1986) foi a busca da eficácia quantitativa, voltada para a produção em série e em grande escala, na tentativa de solucionar o déficit habitacional, acima do interesse em atender as necessidades dos usuários. Como consequência, os projetos dos conjuntos habitacionais construídos durante esse período apresentaram diversos problemas que afetaram o seu desempenho, dentre os quais os efeitos negativos na organização física da cidade e sustentação de contatos humanos, considerados por Alexander (1965) como mecanismos essenciais de funcionamento da cidade.

Diversos autores (CARVALHO, 1985; BONDUKI, 2004) constataram que o principal atributo que diferenciou a habitação social nesse período foi a falta de relação com o contexto urbano, pois as ruas projetadas para servir o conjunto não se integraram com a rede urbana existente no entorno. Nesse sentido, Guimarães (2005) argumenta que essa maneira de (não) inserção no tecido urbano é responsável por conferir às habitações de interesse social uma clara identificação com a imagem de território excluído. Bonduki (2004) complementa que a implantação dos conjuntos habitacionais de interesse social distante da área urbana consolidada reduziu o custo das moradias, mas aumentou a segregação espacial entre as classes sociais, o que contribuiu para o agravamento do processo de periferização, potencializando problemas de mobilidade e vulnerabilidade social, além das desigualdades sociais e da forte correspondência entre segmentação social e segregação espacial.

Segundo a literatura (MARICATO, 2008; VILLAÇA, 2001), o processo de diferenciação social e espacial que caracteriza a urbanização das cidades brasileiras é marcado pela forte segregação e segmentação do espaço urbano em função das faixas de renda sociais. A diferenciação entre os bairros, tanto no que diz respeito ao perfil da população, quanto às características urbanísticas, de infraestrutura, de conservação dos espaços e equipamentos públicos, que evidenciam a segregação no espaço urbano, pode ser facilmente constatada. Marques (2007) complementa que a segregação diz respeito à separação constituída pelos padrões de localização dos grupos sociais no território, e ressalta que a segregação significa, além da separação social, desigualdade de acessibilidade, que pode restringir a circulação ou dificultar o estabelecimento de contato frequente entre grupos.

Portanto, a segregação remete à disputa por localizações, ou seja, da conveniente implantação na cidade (VILLAÇA, 2001). Consiste de um processo em que diferentes classes sociais tendem a se concentrar cada vez mais em diferentes bairros, gerando uma concentração significativa de camadas de baixa renda em grandes regiões. O mais conhecido padrão de segregação da metrópole brasileira é o da relação centro versus periferia, onde o centro é dotado da maioria dos serviços urbanos e ocupado pelas classes de mais alta renda. A periferia, por sua vez, é subequipada e longínqua, ocupada predominantemente pelos excluídos. Dessa forma, o espaço urbano atua como mecanismo de produção de desigualdades sociais e exclusão.

Nesse momento, em que o governo federal possui nova política habitacional com metas ousadas de produção massiva de habitações populares (a 1ª edição do Programa Minha Casa Minha Vida superou a meta de construir um milhão de unidades habitacionais no

triênio 2009/2011 e a 2ª fase do Programa estabeleceu meta de financiar 2,4 milhões de unidades habitacionais até 2014), torna-se fundamental a avaliação do Programa MCMV, uma vez que o modelo de produção de cidade do antigo BNH pode estar se repetindo. Ante o exposto, este trabalho busca compreender a evolução da produção da habitação de interesse social no Brasil, discutindo e comparando os padrões espaciais de localização dos empreendimentos produzidos pelo BNH e pelo Programa MCMV. Ainda, busca investigar o modelo de cidade que está sendo produzido pelo Programa na Região Metropolitana de Porto Alegre e os avanços em relação à produção habitacional do BNH.

1.1 Programa Minha Casa Minha Vida

O Programa Minha Casa Minha Vida é um programa habitacional do Governo Federal do Brasil, instituído pela Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009 e alterado pela Lei nº 12.424, de 16 de junho de 2011, que consiste no financiamento da habitação para famílias divididas em três faixas de renda: Faixa 1 (famílias que recebem entre 0 e 3 salários mínimos mensais); Faixa 2 (famílias que recebem entre 3 e 6 salários mínimos mensais) e Faixa 3 (famílias que recebem entre 6 e 10 salários mínimos mensais). O Programa compreende dois subprogramas: a) o Programa Nacional de Habitação Urbana – PNHU, que objetiva promover a construção e aquisição de novas unidades habitacionais em áreas urbanas ou a requalificação de imóveis urbanos em áreas consolidadas; b) o Programa Nacional de Habitação Rural – PNHR, que objetiva construir ou reformar de imóveis de agricultores familiares e trabalhadores rurais, organizadas por entidades sem fins lucrativos (cooperativas e associações) ligadas ao meio rural.

Criado pelo governo Lula para destinar mais recursos financeiros para a faixa de menor renda, o Programa Minha Casa Minha Vida busca reforçar uma política habitacional de caráter redistributivista. Antes disso, a criação do Ministério das Cidades (2003) abriu espaço para importantes transformações, como: i) a criação do Sistema Nacional de Habitação (SNHIS), sob a coordenação deste Ministério; ii) a elaboração de diretrizes da política habitacional e a gestão da alocação de recursos através de conselhos, nos planos nacional, estadual e municipal; iii) a aprovação do Fundo Nacional de Habitação (FNHIS); iv) a alocação do FGTS para financiamento habitacional para famílias de baixa renda (BRASIL, 2009). O financiamento habitacional já vinha evoluindo, principalmente a partir de 2005, no sentido de destinar recursos às famílias de mais baixa renda, historicamente excluídas de financiamentos (ROLNIK e NAKANO, 2009). A partir de 2009, o Programa MCMV avoluma estes recursos, com o enfoque de produzir novas unidades habitacionais, marcando a retomada do financiamento público para habitação em nível nacional e introduzindo a população com renda familiar de até três salários mínimos mensais no mercado formal.

Portanto, o Programa MCMV busca a redução do déficit habitacional, a distribuição de renda e cria uma boa oportunidade para os municípios definirem uma localização mais adequada para esta produção habitacional. Por exemplo, na lei que criou o Programa MCMV, são priorizados na distribuição dos recursos federais os municípios que implementarem os instrumentos do Estatuto da Cidade voltados ao controle da retenção das áreas urbanas em ociosidade e disponibilizarem terrenos localizados em áreas urbanas consolidadas para a implantação dos empreendimentos. Essa medida parece levar em consideração avaliações da produção habitacional do antigo Banco Nacional da Habitação, buscando solucionar a questão dos padrões espaciais de localização.

Ressalta-se que o poder local tem papel de destaque na implementação de políticas e programas habitacionais. Os resultados desses programas guardam relação estreita com o preparo institucional dos municípios, pois é essencial a participação ativa dos municípios aplicando os instrumentos do Estatuto da Cidade em seus Planos Diretores. A atuação da municipalidade tem implicações diretas na localização dos empreendimentos, definição vital para uma efetiva inclusão social, sobretudo no que se refere às famílias de mais baixa

renda. Por outro lado, Maricato (2011) observou que o foco na quantidade determina que a localização das moradias seja definida por interesses privados. Nesse sentido, Arantes e Fix (2009) chamam atenção que os principais agentes do Programa passam a ser as construtoras e incorporadoras, cabendo a essas as principais decisões relativas aos empreendimentos, enquanto o Poder Público assume papel secundário no processo.

Apesar de se tratar de um programa de implementação recente, o Programa MCMV já conta com significativa produção acadêmica. Estudos empíricos demonstram que o Programa tem contribuído para a redução quantitativa do déficit habitacional, entretanto, confirmam que parte expressiva das moradias financiadas está sendo produzida no tecido urbano metropolitano periférico (CARDOSO et al., 2011; MASCIA, 2011). Melchior e Wagner (2014) também verificaram que os empreendimentos, geralmente de médio e grande porte, tendem a ser localizados nas áreas limítrofes da ocupação urbana, especialmente os destinados à menor faixa de renda. Assim, sob a justificativa de diminuir custos para permitir o acesso à casa própria, a habitação popular produzida pelo poder público continua sendo implantada fora dos centros urbanos, em terrenos desprovidos de infraestrutura, equipamentos públicos, serviços essenciais e oferta de emprego.

2. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Após revisão da literatura para identificar as principais características da produção da habitação de interesse social implementada pelo BNH (Banco Nacional de Habitação), foram avaliados os empreendimentos produzidos pelo Programa MCMV, destinados à Faixa 1 (0 a 3 salários mínimos), de três cidades pertencentes à Região Metropolitana de Porto Alegre: Esteio, Montenegro e Sapiranga, que possuem empreendimentos implantados no período de 2009 a 2011 (ver Figura 1).

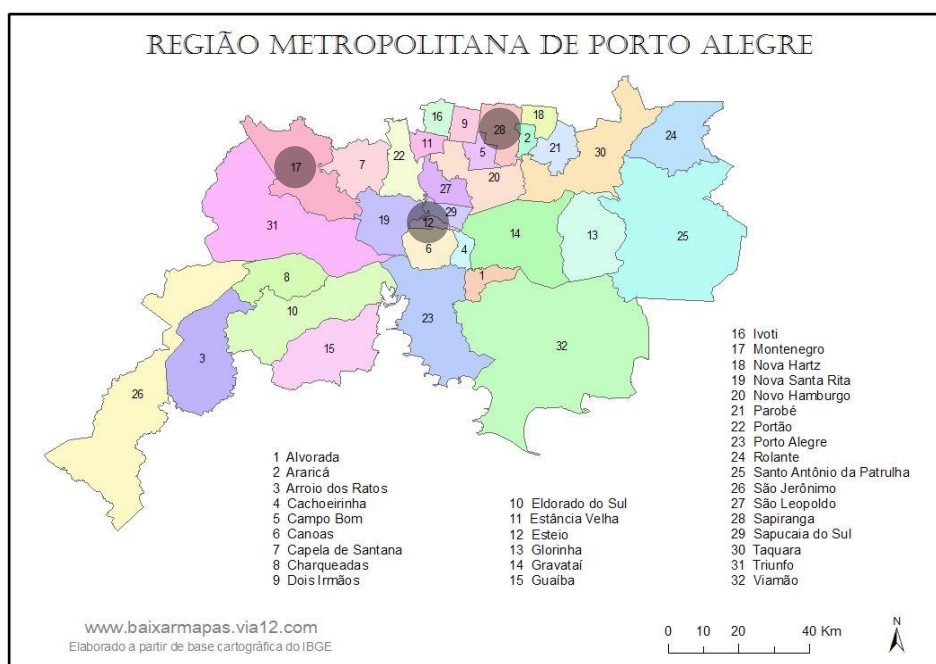


Figura 1. Mapa da Região Metropolitana de Porto Alegre com indicação dos municípios em estudo: Esteio (12), Montenegro (17) e Sapiranga (28).

Foi utilizada a Sintaxe Espacial, que tem apresentado instrumental para avaliação de desempenho do espaço urbano, pela possibilidade de estabelecer relações entre instâncias sociais e espaciais. Essa técnica é utilizada para pesquisar a dimensão espacial como dado ativo em processos sociais, descrever a configuração urbana, os padrões espaciais e as relações entre espaço público e privado através de medidas quantitativas, as quais

permitem entender aspectos importantes do sistema urbano. Hillier e Hanson (1984) propõem que determinadas condições de contato social no espaço público e a apropriação social do espaço urbano são, em grande parte, condicionadas por peculiares arranjos morfológicos que sugere determinado “potencial de contato social”.

2.1 Breve descrição das cidades e localização dos empreendimentos

O município de Esteio, anexado à RMPA em 08/06/1973, pela LCF 14/1973, possui, conforme Censo Demográfico de 2010 (IBGE), 80.755 habitantes, 27.676 km², 2.917,87 habitantes/ km² (ver Figuras 2 e 3). Foram produzidas 952 unidades habitacionais pelo FAR (Fundo de Arrendamento Residencial) em 4 empreendimentos: Renascer I (192 unidades), Renascer II (160 unidades), Quarai (240 unidades) e Boqueirão (360 unidades). Esteio possui Plano Diretor, Lei 4247/ 2006, que incorpora os instrumentos do Estatuto das Cidades, entretanto, as áreas aonde os empreendimentos foram implantados não estão gravadas como ZEIS (Zona Especial de Interesse Social).



Figura 2. Município de Esteio com indicação dos empreendimentos. Fonte: Google Earth, data da imagem: 2014 (dados fornecidos pelo NORIE/ UFRGS)



Figura 3. Mapa axial de integração global de Esteio com indicação dos empreendimentos. Fonte: RIGATTI e ZAMPIERI, 2009

O município de Montenegro, anexado à RMPA em 14/01/1999, pela LCE 11307/1999, possui, conforme Censo Demográfico de 2010 (IBGE), 59.415 habitantes, 424,012 km², 140,13 habitantes/ km² (ver Figuras 4 e 5). Foram produzidas 160 unidades habitacionais pelo FAR (Fundo de Arrendamento Residencial) em 1 empreendimento: Cinco de Maio. Montenegro possui Plano Diretor, Lei 2095/ 1978, com posteriores alterações que não incorporam os instrumentos do Estatuto das Cidades e a área aonde o empreendimento foi implantado não está gravada como ZEIS.

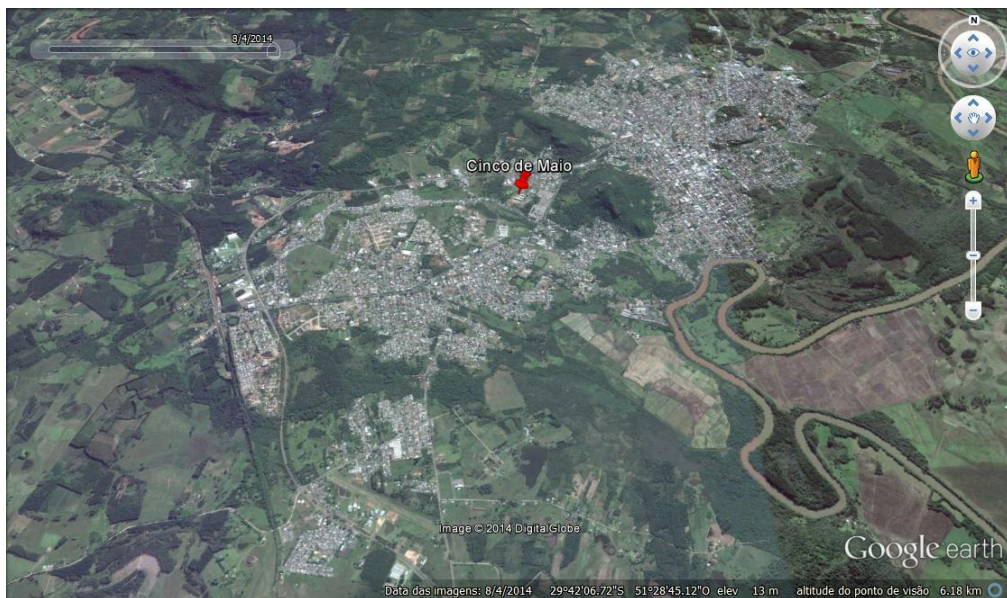




Figura 4. Município de Montenegro com indicação do empreendimento. Fonte: Google Earth, data da imagem: 2014 (dados fornecidos pelo NORIE/ UFRGS)



Figura 5. Mapa axial de integração global de Montenegro com indicação do empreendimento. Programa Mindwalk. Fonte: LIMA, 2011

O município de Sapiranga, anexado à RMPA em 08/06/1973, pela LCF 14/1973, possui, conforme Censo Demográfico de 2010 (IBGE), 74.985 habitantes, 138,314 km², 842,13 habitantes/ km² (Figuras 6 e 7). Foram produzidas 480 unidades habitacionais pelo FAR (Fundo de Arrendamento Residencial) em 2 empreendimentos: Centenário (256 unidades) e Ferrabraz (224 unidades). Sapiranga possui Plano Diretor, Lei 4805/ 2011, que incorpora os instrumentos do Estatuto das Cidades, mas como nos outros municípios analisados, as áreas onde os empreendimentos foram implantados não estão gravadas como ZEIS.

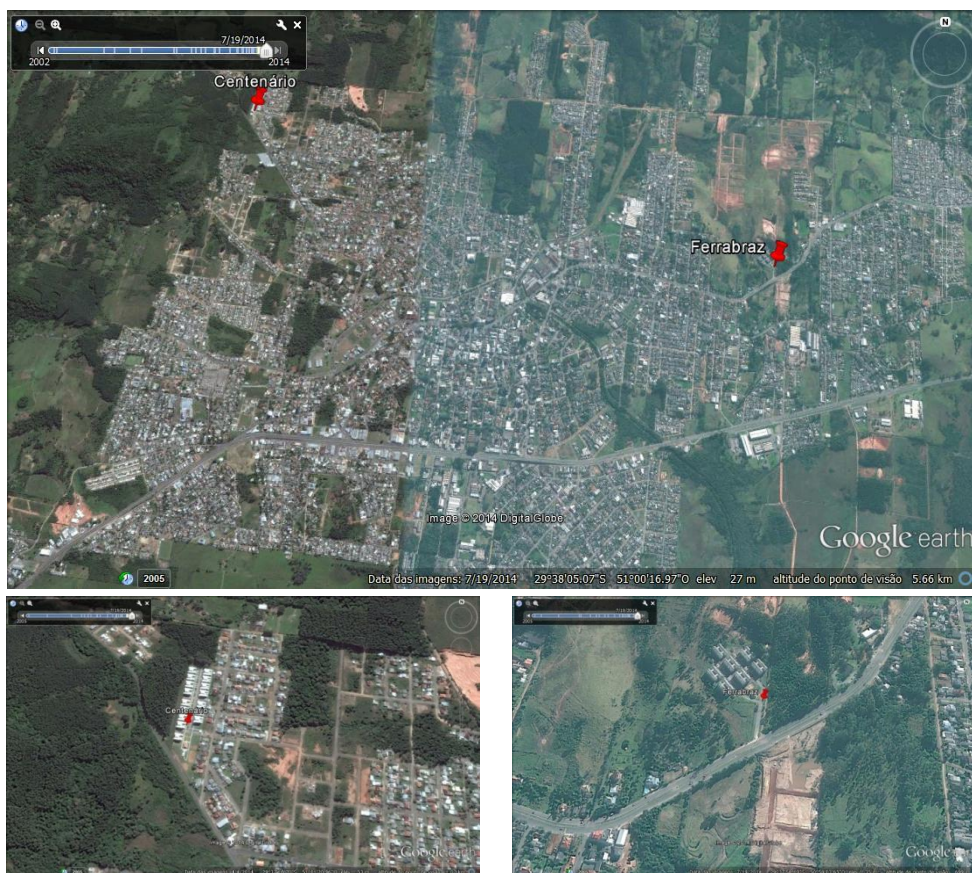


Figura 6. Município de Sapiranga com indicação dos empreendimentos. Fonte: Google Earth, data da imagem: 2014 (dados fornecidos pelo NORIE/ UFRGS)

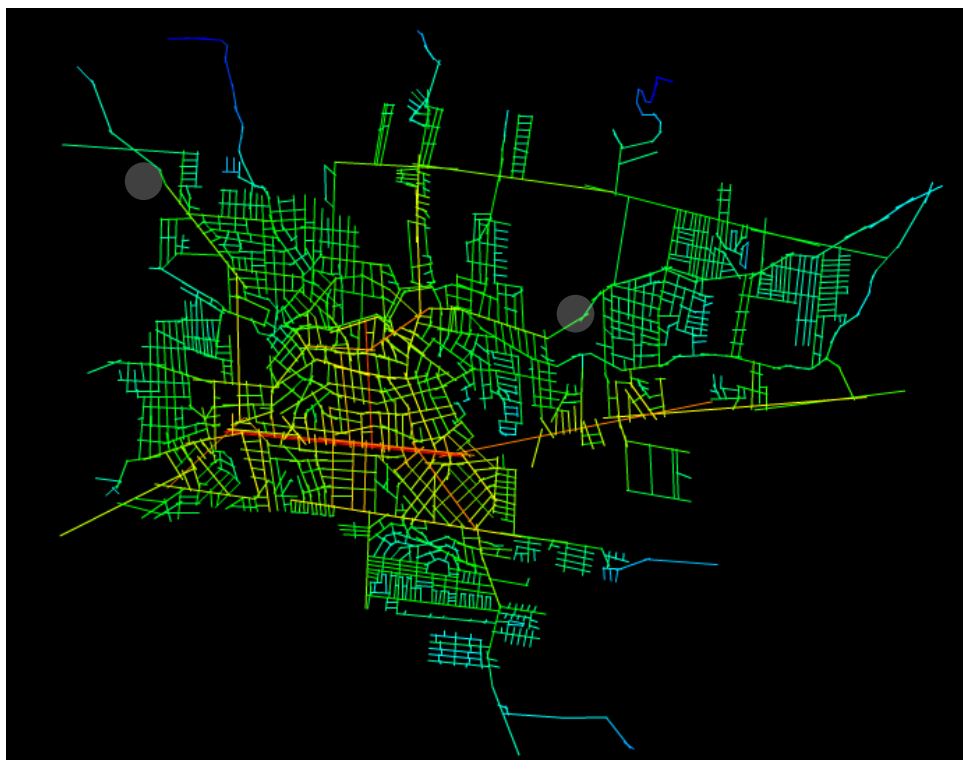


Figura 7. Mapa axial de integração global de Sapiranga com indicação dos empreendimentos. Fonte: RIGATTI e ZAMPIERI, 2009

A localização dos empreendimentos produzidos pelo Programa MCMV foram relacionadas com o seu respectivo mapa axial de integração global. Cabe explicar que na integração global, as ruas do conjunto habitacional são analisadas em relação ao sistema e, portanto, a integração global descreve a acessibilidade do conjunto habitacional em relação à cidade. Quanto mais “rasa” for a linha axial (do vermelho ao amarelo), maior a integração ou acessibilidade do espaço. Por outro lado, espaços com maior profundidade são os mais segregados (do verde ao azul), por serem menos acessíveis em relação aos outros.

3. DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

É possível constatar que os conjuntos habitacionais produzidos pelo Programa Minha Casa Minha Vida nas cidades analisadas estão localizados em áreas segregadas e distantes do centro urbano consolidado, contribuindo para a fragmentação e descontinuidade das áreas periurbanas. Nesse sentido, verifica-se que os padrões espaciais de localização dos conjuntos habitacionais produzidos pelo Programa MVMC reproduzem o mesmo padrão de estrutura e localização dos conjuntos habitacionais produzidos pelo BNH, implicando problemas de acessibilidade que poderão trazer prejuízos na mobilidade dos moradores. As áreas aonde os conjuntos habitacionais foram implantados não estão gravadas nos planos diretores municipais como ZEIS (Zona Especial de Interesse Social), instrumento do Estatuto das Cidades que permite controlar o preço da terra, permitindo localizações mais adequadas para a população de baixa renda. Assim, mesmo os municípios que incorporaram os instrumentos do Estatuto das Cidades em seus planos diretores, não conseguiram garantir a aplicação dos mesmos.

Áreas mais segregadas, como as dos empreendimentos analisados, tendem a ser áreas predominantemente residenciais, com pouca diversidade de usos e ausência de equipamentos urbanos e espaços abertos públicos localizados em distâncias aceitáveis para atender as necessidades dos moradores. Dessa forma, essa localização demanda maior deslocamento para atividades de trabalho, estudo, consumo e lazer, gerando impacto socioeconômico negativo sobre as famílias beneficiárias do Programa. Por outro lado, espaços acessíveis permitem a complementariedade das rotinas, baseadas em distâncias curtas e rapidamente percorridas, aumentando, naturalmente, a probabilidade de encontro. Assim, espaços com boa acessibilidade relativa possuiriam forte potencial de convergência de grupos sociais diferentes e de articular a vida privada e a vida coletiva.

Também é possível constatar que boa parte desses conjuntos habitacionais localiza-se próxima ao limite do perímetro urbano, além da proximidade a outros conjuntos habitacionais de interesse social ou ocupações informais de baixa renda, reforçando a homogeneidade dessas áreas em termos socioeconômicos. Estudos recentes (NASCIMENTO, PEQUENO e ROSA, 2014) apontam que a ocorrência de grandes empreendimentos em áreas periféricas e distantes das centralidades indicam possível reprodução do espraiamento horizontal identificado na política do BNH, constituindo agrupamentos homogêneos que reforçam as condições de segregação residencial nas franjas periféricas, homogeneizando o uso do solo e perfil socioeconômico da população. Os autores alertam que no caso de concentração de pobreza, pode impactar o quadro social negativamente, negando o mix social e favorecendo uma possível “guetificação”.

4 Considerações finais

O artigo buscou discutir os padrões espaciais de localização dos conjuntos habitacionais de interesse social implantados pelo poder público no Brasil, comparando os padrões espaciais de localização dos conjuntos habitacionais produzidos pelo BNH e os padrões espaciais de localização dos empreendimentos produzidos pelo Programa MCMV. Ainda, buscou

investigar o modelo de cidade que está sendo produzido pelo Programa na Região Metropolitana de Porto Alegre e identificar os avanços em relação à produção habitacional.

Foi verificado, tanto na literatura como nos empreendimentos analisados em três cidades da Região Metropolitana de Porto Alegre, que os padrões espaciais de localização dos empreendimentos produzidos pelo Programa MCMV possuem a mesma ordem estrutural dos padrões espaciais de localização dos empreendimentos produzidos pelo BNH. Nesse sentido, o Programa MCMV parece reproduzir o modelo de cidade e não apresentar avanços em relação à produção habitacional do BNH, uma vez que são repetidos os mesmos padrões de acessibilidade relativa que permitem que se mantenha a segmentação social baseada na correspondência entre segregação espacial X condições inadequadas de acessibilidade aos recursos da vida urbana e infraestrutura.

Os conjuntos habitacionais de interesse social produzidos pelo Programa MCMV continuam apresentando localizações e inserções inadequadas, apesar da legislação específica do Programa, bem como o Estatuto da Cidade, tratar dessa questão. Fica claro que os parâmetros locacionais estão relacionados tanto à distância geométrica quanto à distância topológica (HILLIER e HANSON, 1984) e que distintas formas de inserir a habitação social na malha urbana podem produzir resultados e relações urbanas distintas. Assim, a localização de conjuntos habitacionais também está relacionada às condições de acessibilidade e mobilidade intraurbanas que, normalmente, representam papéis importantes nas condições de vida dos moradores (VILLAÇA, 2001), sobretudo na (re)produção/ perpetuação ou acirramento de desigualdades sociais.

Percebe-se, portanto, que apesar dos avanços na legislação federal e a possibilidade do Estatuto da Cidade representar um importante instrumento para a reforma urbana e um enorme (potencial) ganho, ele ainda não foi apropriado por todos os segmentos da sociedade. A produção da habitação social, inserida em um contexto de fraca atuação do poder público, tem sido fortemente controlada pelo mercado imobiliário, resultando na manutenção de uma estrutura urbana socialmente segregadora e dispersa (MELCHIORI e WAGNER, 2014). Nesse sentido, Nascimento, Pequeno e Rosa (2014) constataram a vulnerabilidade da gestão territorial permissiva à implantação de empreendimentos em locais que podem gerar impactos urbanos, ambientais e sociais negativos.

O planejamento urbano poderia auxiliar na construção de espaços urbanos mais justos, uma vez que avanços na legislação urbanística nos permitem ações desse tipo. Por exemplo, com a aprovação do Estatuto da Cidade, Lei Federal nº. 10257/2001, os planos diretores podem incorporar a questão da moradia enquanto política urbana e incluir os instrumentos de gestão urbana estabelecidos pelo Estatuto, como forma de realizar a reforma urbana. Através destes instrumentos é possível identificar áreas especiais de interesse social destinadas à habitação, controlando o preço da terra urbana e permitindo que a população de baixa renda venha a se estabelecer em locais urbanizados, com infraestrutura adequada para garantir o acesso à cidade e todos os serviços básicos de que precisa.

Concluindo, o estudo ressalta a importância de avaliar os impactos da localização de conjuntos habitacionais frente à acessibilidade relativa em relação ao centro na escala global e os potenciais de integração social entre os moradores à escala local, na busca de padrões espaciais de localização mais justos, com espaços mais qualificados que facilitem a interação social entre os moradores e contribuam para a sustentabilidade urbana, além de produzir subsídios para novas políticas públicas habitacionais. Dessa forma, busca-se evitar que o espaço atue como mecanismo de exclusão.

5. Referências bibliográficas

Alexander, Christopher. (1965). A City is not a Tree. *Architectural Forum*, vol. 122, nº 1, pp. 58-62 (parte I); vol. 122, nº 2, pp. 58-62 (parte II).

Arantes, P. F.; Fix, M. (2009). 'Minha Casa, Minha Vida', o pacote habitacional de Lula. *Correio da Cidadania*, 31/07/2009. Disponível em: <www.correiocidadania.com.br/content/view/3580/9>. Acesso em: 12/10/2009.

Bonduki, Nabil. (2004). *Origens da habitação social no Brasil: arquitetura moderna, lei do inquilinato e difusão da casa própria*. São Paulo: Estação Liberdade.

Brasil. Ministério das Cidades. (2009). *Plano Nacional de Habitação*. Brasília, Secretaria Nacional de Habitação/Ministério das Cidades.

Brasil. Ministério das Cidades. (2010). *Como produzir moradia bem localizada com os recursos do MCMV? Implementando os instrumentos do Estatuto da Cidade*. Brasília, Secretaria Nacional de Habitação/Ministério das Cidades.

Cardoso, A. L.; Aragão, T. A.; Araújo, F. de S. (2011). Habitação de interesse social: Política ou mercado? Reflexos sobre a construção do espaço metropolitano. In: *Anais do XIV Encontro Nacional da ANPUR*. Rio de Janeiro: UFRJ.

Carvalho, T.C.C. (1985). As dimensões da habitação. *Projeto*, 77, 95-103.

Guimarães, Eduardo Cotrim. (2005). Espaços urbanos da habitação: globalização e identidade. In: M.F.C.M. Gomes e A.I. de C. Pelegrino (Orgs.). *Política de habitação popular e trabalho social* (pp. 59-75). Rio de Janeiro: DP&A.

Hillier, Bill; Hanson, Julienne. (1984). *The Social Logic of Space*. Bath: Pitman Press.

Holanda, Frederico de. (2002). O espaço de exceção. Brasília: Editora Universidade de Brasília.

Kenna, P. (2008). Globalization and housing rights. *Indiana Journal of Global Legal Studies*, vol. 15, nº 2, pp. 397-469.

Lay, Maria Cristina Dias. (1992). *Responsive Site Design, User Environmental Perception and Behavior*. Tese de Doutorado, School of Architecture, Oxford Brookes University.

Maricato, Ermínia. (2008). *Brasil, cidades: alternativas para a crise urbana*. Petrópolis, RJ: Vozes.

Maricato, Ermínia. (2011). *O impasse da política urbana no Brasil*. Petrópolis, RJ: Vozes.

Marques, Eduardo C. L. (2007). *Redes sociais, segregação e pobreza em São Paulo*. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Programa de Pós-graduação em Ciência Política, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

Mascia, Eleonora Lisboa. (2011). Habitação no Brasil atual - construção de uma política de estado? In: *Anais do XIV Encontro Nacional da ANPUR*. Rio de Janeiro: UFRJ.

Melchior, Lucia ; Wagner, Cesar. (2014). Considerações sobre a distribuição espacial e territorial do Programa Minha Casa, Minha Vida na Região Metropolitana de Porto Alegre. In: *Anais do 3º Congresso Internacional Sustentabilidade e Habitação de Interesse Social*. Porto Alegre: PUC/RS.

Nascimento, Raquel M.; Pequeno, Luis R.B.; Rosa, Sara V.. (2014). Análise do programa Minha Casa Minha Vida no município de Caucaia-CE: estudos de inserção urbana. In: *Anais do 3º Congresso Internacional Sustentabilidade e Habitação de Interesse Social*. Porto Alegre: PUC/RS.

Rigatti, Décio; Zampieri, Fábio L.. (2009). Mapas da Região Metropolitana de Porto Alegre. Porto Alegre: PROPUR/ UFRGS.

Rolnik, R.; Nakano, K. (2009). *As armadilhas do Pacote Habitacional*. Le Monde. Diplomatie. São Paulo. Março.

Villaça, Flávio. (2001). *Espaço intra-urbano no Brasil*. São Paulo: Studio Nobel: FAPESP: Lincoln Institute.